



8697801

08129.002051/2019-50

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Decisão nº 9/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

Assunto: JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**Processo Administrativo: 08129.002051/2019-50****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2019**

O Pregoeiro do Ministério da Justiça - MJ, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria nº 71, de 25 de março de 2019, e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas condições e decisões acerca do Recurso Eletrônico interposto pela licitante **APARECIDA MARIA FIXER**, inscrita no CPF sob o nº 642.450.479-68, doravante denominada Recorrente, em relação à REVOGAÇÃO, por meio do cancelamento do item na aceitação, para o **ITEM 02**.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

1.1. Cuida-se de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por item, visando a contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

1.2. O objeto do pregão está disposto da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	COMISSÃO MÁXIMA ACEITÁVEL (comitente)	VALOR ESTIMADO
1	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Região de Foz do Iguaçu (englobando as localidades de: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu), Guaíra e Região (englobando as localidades de: Mercedes e Terra Roxa), Cascavel e região (englobando as localidades de: Anahy, Boa Vista da Aparecida,	MESES	12	5%	100,00

	Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Quedas do Iguaçu, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná)				
2	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Mato Grosso do Sul	MESES	12	5%	100,00
3	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Estado do Paraná, com exceção da área indicada no lote 1	MESES	12	5%	100,00
4	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Cidade de São Paulo/SP e região metropolitana	MESES	12	5%	100,00
5	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Estado de São Paulo, com exceção da área indicada no lote 4	MESES	12	5%	100,00
6	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Minas Gerais	MESES	12	5%	100,00
7	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Rio Grande do Sul	MESES	12	5%	100,00
8	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Santa Catarina	MESES	12	5%	100,00

1.3. O Edital foi publicado, tendo sido apresentados pedidos de esclarecimentos, os quais foram devidamente respondidos em tempo hábil.

1.4. A sessão pública para a fase de lances foi aberta no dia e horário designados e, ao término da sessão, **foi identificada a ausência de competitividade para o item 2.**

1.5. Restaram classificados os fornecedores na ordem indicada no documento SEI nº 8537321

2. DA INTENÇÃO DE RECURSO

2.1. Aberto prazo para apresentação de intenção de recurso no Sistema *Comprasnet*, conforme item 9.1 do Edital, a licitante **APARECIDA MARIA FIXEIRINS** inscrita no CPF sob o nº **642.450.479-68**, apresentou a seguinte intenção:

A presente intenção de recurso é motivada pelo cancelamento do item 2 que tinha como objeto a Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos área de abrangência: Mato Grosso do Sul, com base nas propostas e lances apresentados nos demais itens, mesmo esta leiloeira tendo apresentado uma das propostas mais vantajosas e nos termos do instrumento editalício

3. DA TEMPESTIVIDADE

3.1. Tal como a intenção, o recurso foram tempestivamente inseridos no Sistema *Comprasnet* e analisados, tendo em vista a presença dos requisitos de admissibilidade, bem como o direito de ampla defesa e do contraditório, previstos no Edital da licitação e nas normas

pertinentes.

4. DO RECURSO

Em linhas gerais, com argumentações similares à apresentada pela Sra. **CONCEIÇÃO MARIA FIXER**, a Recorrente **APARECIDA MARIA FIXER**, alega inconformidade com a situação ocorrida e ciente que cumpriu com todos os requisitos do instrumento editalício, observa-se que a justificativa para o cancelamento da licitação é completamente descabida, visto que sua proposta foi formulada conforme determinações do edital de licitação, ficando nítido o poder discricionário da Administração, que deixou de observar as regras dispostas em edital, por ela confeccionado. o cancelamento da Unidade do Estado de Mato Grosso do Sul participante do pregão afronta os princípios constitucionais e administrativos, ferindo observância obrigatória, implicando em ofensa a todo sistema de comandos.

Em resumo, a Recorrente aduz:

(...)

APARECIDA MARIA FIXER, brasileira, Leiloeira Oficial, portadora do RG nº. 4.536.965-0 SSP/PR e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 642.450.479-68, com endereço na Doutor Arthur Jorge, 1256 – Ap. C – Nº 7, Centro, Campo Grande/MS, Cep: 79.002-450, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, em face do Cancelamento Item 2 (MS) do Edital de Pregão Eletrônico 04/2019, conforme fatos e fundamentos adiante explanados:

1) DOS FATOS:

A SENAD - Secretaria Nacional de Políticas Anti-Drogas do Ministério da Justiça publicou em 14/03/2019, edital de credenciamento para contratação de Leiloeiro Oficial no Estado de Mato Grosso do Sul.

Isto posto, ressalto que, as atribuições exigidas para o Leiloeiro Oficial na organização e realização deste leilão são bem mais complexas e abrangentes do que as obrigações regulamentadas na Lei Federal 21.931/32 e, devido às responsabilidades extras a serem assumidas pelo Leiloeiro Oficial, o próprio edital de credenciamento possibilitou propostas de comissionamento a serem pagas pelo comitente e pelos arrematantes nas proporções:

COMITENTE: 5% SOBRE O VALOR DA ARREMATAÇÃO

ARREMATANTE: 5% SOBRE O VALOR DA ARREMATAÇÃO

Pois bem, em participação ao certame do Pregão Eletrônico nº. 04/2019 - Processo nº. 08129.002051/2019-50, verifica-se que a licitação realizou-se no tipo MENOR PREÇO e conforme determinado em edital de licitação, no caso de empate das propostas, restou determinado a realização de sorteio entre os leiloeiros classificados.

Assim, em consonância com a tabela disposta no item 5.6.1.7 do edital de licitação, esta licitante ofereceu sua proposta junto ao Pregão, no percentual de 5% (cinco por cento) a ser pago pelo comitente, obedecendo o teto máximo previsto no edital de licitação.

Da mesma forma, houve outra proposta protocolada por licitante diversa, em que atribuiu o mesmo percentual oferecido por esta Leiloeira Oficial, restando as propostas então iguais.

Cumprе ressaltar que, além das referidas leiloeiras, o item 2 do presente pregão não obteve mais licitantes interessados na participação para contratação da prestação dos serviços no Estado de Mato Grosso do Sul, vez que notavelmente, os outros

profissionais da leiloaria atuante no Estado de Mato Grosso do Sul NÃO ACEITARAM TRABALHAR POR ESSES VALORES, ou seja, o teto máximo aceito no edital de pregão, sendo a comissão de 5% para o Comitente e 5% de comissão do arrematante, HAJA VISTA A ENORME ATRIBUIÇÃO EXIGIDA.

Dando sequencia ao pregão, para sua surpresa desta licitante, a Srª Pregoeira determinou o CANCELAMENTO DO CERTAME no Item 2 (MS), alegando que o percentual proposto pelos proponentes não se enquadra como vantajoso para a Administração Pública. Entretanto, esta licitante participou do certame observando fielmente as regras contidas no edital do pregão, e mesmo assim, a licitação foi cancelada, desconsiderando totalmente as propostas oferecidas.

Não obstante, foi publicada reportagem no endereço eletrônico <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/secretario-antidrogas-vem-a-ms-para-discutir-milhoes-em-bens-apreendidos>, onde “justifica-se” o cancelamento do certame no Mato Grosso do Sul:

“Porque ele está muito preocupado. Eles tentaram fazer um edital para credenciar leiloeiros para venda desses bens apreendidos nesses crimes que envolvem traficantes e não conseguiram credenciar nenhum leiloeiro em Mato Grosso do Sul. Fizeram no Brasil inteiro e aqui não conseguiram, tiveram que cancelar o edital. Como o tribunal vem fazendo os leilões há anos, com êxito, é o melhor tribunal do Brasil que faz esses leilões, ele vem pra cá pra ver, manter o nosso sistema, a princípio. Vamos explicar, que ao invés de fazerem o leilão por Brasília, vamos usar os nossos 6, 8 leiloeiros para continuar fazendo aqui”, comentou.

[...]

Segundo Videira, Mato Grosso do Sul é o estado que mais vende carros apreendidos. O secretário também é favorável que os leilões continuem a ser realizados no estado. “Se você centralizar corre o risco de burocratizar, Mato Grosso do Sul é exemplo de boa prática”, declarou.

“Eu fiz uma reunião com alguns leiloeiros e eles não se cadastraram porque viam dificuldades”, disse.”

Ocorre que, é fatídico que houveram licitantes que participaram do certame, observando fielmente as regras contidas no edital de licitação, e mesmo assim a licitação foi cancelada, desconsiderando totalmente as propostas oferecidas tempestivamente.

É importante ressaltar que já foram realizados leilões do CEAD (órgão estadual que representa o SENAD) no Estado de Mato Grosso do Sul, praticamente nos mesmos moldes determinado no edital de credenciamento.

Sendo assim, todos os leiloeiros matriculados na Junta Comercial de Mato Grosso do Sul já tinham noção não apenas dos serviços a serem desenvolvidos junto ao SENAD, mas principalmente dos investimentos necessários para os procedimentos preparatórios do leilão, no tocante à remoção, guarda, preparação dos lotes, disponibilização de colaborador exclusivamente para acompanhamento dos interessados à visita, intensa divulgação, equipe de suporte ao ato do leilão e tantos outros investimentos que, são todos antecipados pelo leiloeiro credenciado para ser ressarcido exclusivamente por meio da comissão a ser recebida e ainda apenas em caso de efetiva arrematação.

Essa questão certamente afastou outros licitantes, e por isso, apenas duas propostas foram apresentadas e ambas dentro dos limites previstos no edital.

Além disso, cada Estado possui sua particularidade, e o Estado de Mato Grosso do Sul

a realidade é outra, pois o custo dos serviços a serem prestados são muito expressivos, destoando da realidade de outras regiões brasileiras.

Inconformada com a situação ocorrida e ciente que cumpriu com todos os requisitos do instrumento editalício, observa-se que a justificativa para o cancelamento da licitação é completamente descabida, visto que sua proposta foi formulada conforme determinações do edital de licitação, ficando nítido o poder discricionário da Administração, que deixou de observar as regras dispostas em edital, por ela confeccionado.

2) DA OFENSA AOS PRINCÍPIOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS:

A Constituição Federal, no caput do Artigo 37, disciplina os princípios constitucionais básicos que devem ser seguidos pela administração pública, quais sejam: LEGALIDADE; IMPESSOALIDADE; MORALIDADE; IGUALDADE; PUBLICIDADE; PROIBIDADE ADMINISTRATIVA; VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO; e JULGAMENTO OBJETIVO.

Entretanto, é absurdo permitir que a administração pública utilize do princípio da discricionariedade para cancelar licitação já iniciada, mesmo com a observância de todas as regras dispostas no edital.

Caso não haja a observância aos princípios administrativos, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade.

O certame está ocorrendo em desacordo com os princípios norteadores da licitação, prejudicando aos interessados, mediante fundamentação que não deve prevalecer, pois o percentual de comissão foi estabelecido previamente em edital por ela confeccionado e veiculado.

Deve ser observado e seguido o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, pois este é corolário do Princípio da Legalidade e da Objetividade das determinações habilitatórias. Este, impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Assim, comprovando a necessidade de observância do edital de licitação, cita-se importante julgado do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

"Constitucional e Processual Civil. Licitação. Instrumento convocatório. Exigência descabida. Mandado de segurança. Deferimento. A vinculação do instrumento convocatório, no procedimento licitatório, em face da lei de regência, não vai ao extremo de se exigir providências anódinas e que em nada influenciam na demonstração de que o licitante preenche os requisitos (técnicos e financeiros) para participar da concorrência." (STJ - MS 5647-DF, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJ de 17/02/99, p. 00102).

Isto posto, esta licitante não pode ser prejudicada, devendo a licitação ser mantida, com a continuidade dos atos já praticados, devendo a Srª Pregoeira analisar e aprovar a proposta apresentada, seguindo as posteriores fases do pregão, uma vez que encontra-se em total conformidade com o edital de licitação.

3) DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer que Vossa Senhoria se digne a determinar a continuidade da licitação atinente ao item 2 do edital (MS), analisando as propostas apresentadas tempestivamente pelos licitantes e realizando todos os trâmites pertinentes ao Pregão, possibilitando uma licitação justa, transparente, e principalmente nos

ditames da Lei.

Não sendo deferido seu pedido de prontidão, pugna esta licitante pelo envio deste Recurso Administrativo para autoridade superior, visando uma nova apreciação e julgamento das ocorrências e fundamentações explanadas.

Termos em que,
Respeitosamente,

Pede por deferimento.

(...)

5. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

5.1. A Recorrente arrazoa que o cancelamento da Unidade do Estado de Mato Grosso do Sul participante do pregão afronta os princípios constitucionais e administrativos, ferindo observância obrigatória, implicando em ofensa a todo sistema de comandos.

5.2. Finalizada a etapa competitiva, fase de lances, para o item 2, evidenciou-se apenas duas propostas idênticas cadastradas no sistema no valor de R\$ 99,9996, sem a oferta de qualquer outro lance posterior, conforme quadro a seguir:

Licitante	Proposta Registrada	Melhor Lance
1	R\$ 99,9996	R\$ 99,9996
2	R\$ 99,9996	R\$ 99,9996

5.3. Importa esclarecer que durante a fase de disputa no sistema, em tempo real, é realizado pelo sistema a comunicação do melhor lance ofertado, e diante da ausência de lances por parte dos licitantes que registraram proposta, não houve motivação para a competição.

5.4. Considerando que, para os demais itens, houve participação mais expressiva e todos finalizaram com proposta no valor "zero", entendeu-se pertinente uma análise da autoridade quanto a republicação desse item na tentativa de ampliar a competitividade e concluir com preços mais adequado para a administração, demonstrando que, de forma geral, o interesse público não foi alcançado para o item 2.

5.5. Nesse sentido, após solicitação de colaboração jurídica acerca dos procedimentos a serem adotados considerando a ausência de competitividade, para o Item 02, a Autoridade Competente foi orientada a apresentar e a disponibilizar fundamentos de fato e de direito que conduzam à revogação ou manutenção do item 02, sendo certo que o Acórdão 1955/2014-TCU salienta que:

É recomendável que o pregoeiro, diante de indícios de anormalidade na disputa, como ausência de lances para muitos itens de bens e serviços ou de comportamentos das licitantes que indiquem simulação de disputa, suspenda o pregão e encaminhe a questão para avaliação da autoridade superior, para que se examine a possibilidade de revogar ou anular o certame e/ou de instaurar processo administrativo para apurar a conduta das licitantes, em deferência ao princípio da competitividade.

5.6. Em diligência realizada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul, recebemos a relação do cadastro de 15 (quinze) leiloeiros na unidade federativa, conforme Edital nº 04/2019 publicado no Diário Oficial do Estado de 28/03/2019 (8403638).

5.7. Nessa toada, tendo em vista o apontamento destacado no item 4 do Despacho nº 63/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE (8402061) analisado pela Consultoria Jurídica no item II.4

do PARECER n. 00337/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (8439570) e, considerando que, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, competente à autoridade competente revogar a licitação por razões de interesse público:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

5.8. E, ainda, o disposto na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal:

*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou **revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

5.9. Nessa toda, pronunciou-se a Autoridade Competente, por meio da Decisão nº 7/2019/CGL/SAA/SE (8447019):

(...)

2. Considerando que a licitação, do tipo menor preço por item, foi dividida em 8 itens, de acordo com as áreas de abrangência dos bens apreendidos;

3. Considerando que para todos os itens, a exceção do item 2, houve participação expressiva de licitantes e todos finalizaram com proposta no valor "zero";

4. Considerando que no item 2, com área de abrangência correspondente ao Estado do Mato Grosso do Sul, cuja Junta Comercial possui 15 (quinze) leiloeiros cadastrados, conforme SEI nº 8403638, houve apenas duas propostas idênticas cadastradas no sistema, no valor de R\$ 99,9996, sem a oferta de qualquer outro lance posterior;

5. Considerando que, para cada item, R\$ 100,00 representaria a taxa de comissão máxima admissível para aceitação da proposta;

6. Considerando que, em comparação ao resultado dos demais itens, pode-se aferir que as propostas direcionadas ao item 2 não apresentam preços mais vantajosos possíveis para a administração;

7. Considerando que o art. 3º da Lei 8.666/93 dispõe que "*a licitação destina-se a **garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** (...)*";

8. Esta Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos, baseando-se no poder discricionário da Administração, com base na análise de oportunidade e conveniência, DECIDE pelo cancelamento do Item 2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2019.

5.10. Diante das fundamentações de fato e de direito apostas, não há que se falar em descumprimento de normas e condições do Edital, frente as fundamentações taxadas pela Autoridade Competente que, amparada pelo Poder Discricionário, é dotada, como agente público, das prerrogativas e responsabilidade de atender o Interesse Público.

5.11. O intuito basilar dos regramentos que orientam as contratações pela Administração é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos que regem o processo licitatório. Os fatos narrados nas peças recursais e ocorridos durante a sessão pública não são motivos suficientes para ensejar a nulidade do procedimento administrativo, além de ter-se o entendimento de que feriria o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, trazendo prejuízos à Administração.

6. DA CONCLUSÃO

6.1. Analisando a razão recursal da Recorrente em face da legislação vigente, edital, órgãos de controle, princípios administrativos e com lastro na manifestação jurídica e da Autoridade Competente, *smj*, verifica-se que **não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão, para o ITEM 02** nem para proceder a sua desclassificação/inabilitação, razão razão pela qual **CONHEÇO DO RECURSO e NEGO PROVIMENTO**.

6.2. Submete-se a presente decisão à Autoridade Superior, conforme inciso VII, do artigo 11, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, Pregoeiro(a) Oficial**, em 16/05/2019, às 16:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8697801** e o código CRC **CD045058**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.